

18. Tudo Pela Graça: A Justiça de Deus e a Propiciação em Cristo (Rm. 3:25-31)

Autor: Diego Vieira Dias | Grupo: Teologia e Pregações | Data: 08/01/2026 00:31

Contextualização: O Propósito da Carta aos Romanos e a Universalidade do Pecado

Para compreendermos a profundidade da doutrina da justificação pela fé, é essencial situarmos o momento histórico e o propósito missionário do Apóstolo Paulo ao escrever à igreja em Roma. A Carta aos Romanos não é apenas um tratado teológico abstrato; é uma apresentação credencial de um missionário que, após cerca de 15 anos pregando na região do Mediterrâneo, voltava seus olhos para o norte, especificamente para a Espanha, onde Cristo ainda não havia sido anunciado.

Para alcançar a Espanha, Paulo necessitava do apoio de uma igreja estrategicamente localizada, e Roma se encaixava perfeitamente nesse plano. No entanto, havia um obstáculo: Paulo não era o fundador daquela comunidade e, embora conhecesse alguns membros (citados no capítulo 16), a liderança e a igreja como um todo não o conheciam pessoalmente. Mais grave ainda, sua reputação entre os judeus era controversa. Corriam boatos de que ele seria um mercenário ou um traidor das tradições judaicas, ensinando uma mensagem contrária à lei de Moisés.

Roma possuía uma comunidade judaica expressiva e influente, que já havia sofrido expulsões sob o imperador Cláudio devido a conflitos religiosos. Portanto, o ambiente que a carta encontraria era sensível e permeado por questões judaicas. É por isso que a epístola é rica em referências ao Antigo Testamento, citando Abraão, Davi, a Lei e a circuncisão. Paulo precisava antecipar as objeções e apresentar o Evangelho que pregava de forma clara e irrefutável.

A Estrutura do Argumento Paulino

A carta se divide logicamente para tratar da condição humana e da solução divina. Nos primeiros capítulos (do capítulo 1 até a metade do capítulo 3), Paulo estabelece uma base sombria, mas necessária: a perdição de toda a raça humana.

1. **Os Gentios:** Estão perdidos, pois rejeitaram a revelação de Deus na natureza e em suas próprias consciências.
2. **Os Judeus:** Estão igualmente perdidos, pois, embora tenham recebido a Lei, não a cumpriram.

A conclusão é devastadora: todos pecaram e carecem da glória de Deus. A humanidade, sem exceção, encontra-se debaixo da justa ira divina.

É neste cenário de desesperança que entra a segunda parte da carta (do final do capítulo 3 até o capítulo 5), onde Paulo expõe como um Deus justo salva pecadores. Até o versículo 24 do capítulo 3, o apóstolo já havia afirmado que Deus justifica gratuitamente pela Sua graça, mediante a redenção em Cristo Jesus, sem as obras da lei.

A partir do versículo 25, Paulo se dedica a explicar um problema teológico profundo: se Deus somente agora manifestou Sua justiça e salvação na cruz, teria Ele sido injusto com as gerações passadas ao não destruir a humanidade imediatamente após o pecado? A resposta a essa questão nos leva ao coração da obra expiatória de Cristo.

A Propiciação: Cristo como a Manifestação Pública da Justiça de Deus

No versículo 25 do capítulo 3 de Romanos, Paulo introduz uma declaração central sobre a obra de Cristo: "*a quem Deus propôs no seu sangue como propiciação mediante a fé*". Esta frase carrega um peso teológico imenso e define a solução divina para o problema do pecado e da ira de Deus.

A expressão "Deus propôs" indica uma ação de apresentar algo publicamente, fazer uma oferta diante de todos. Se no Antigo Testamento o plano de Deus estava prefigurado em símbolos, tipos e figuras muitas vezes velados, agora, com a vinda de Jesus, Deus trouxe o Seu plano à luz. A cruz é a manifestação pública de como Deus resolve o dilema de punir o pecado e, ao mesmo tempo, salvar o pecador.

O Significado do Propiciatório

Para entendermos o termo **propiciação**, precisamos recorrer ao contexto do culto levítico no Antigo Testamento. A palavra utilizada por Paulo remete diretamente ao "propiciatório" (a tampa da Arca da Aliança).

A Arca da Aliança era uma caixa de madeira revestida de ouro, contendo em seu interior as tábuas dos Dez Mandamentos. Sobre ela, havia uma tampa de ouro puro — o propiciatório — com dois querubins esculpidos, voltados um para o outro. Uma vez por ano, no Dia da Expição (*Yom Kippur*), o sumo sacerdote entrava no Santo dos Santos e aspergia sangue de um animal sacrificado sobre essa tampa.

"A quem Deus propôs, no seu sangue, como propiciação, mediante a fé, para manifestar a sua justiça..." (Rm 3:25)

A imagem é poderosa: dentro da Arca estavam os Mandamentos, a Lei de Deus que acusa e condena o homem pelo seu pecado. A Lei é o libelo de acusação, a prova da nossa culpa. No entanto, entre a Lei (que exige a morte do pecador) e a presença de Deus (que habitava sobre os querubins), havia o **propiciatório coberto de sangue**.

Quando Deus olhava para a Arca, Ele não via a Lei quebrada exigindo juízo imediato; Ele via o sangue que cobria a tampa. Esse sangue simbolizava uma vida entregue, um pagamento realizado. Naquele momento, a ira de Deus era aplacada, ou "propiciada". A ira se retirava, e a paz era estabelecida entre Deus e o povo.

Jesus: O Sacrifício Definitivo

Paulo ensina que Jesus Cristo é o cumprimento dessa figura. Ele é, ao mesmo tempo, o sacerdote, o sacrifício e o lugar da propiciação. Diferente dos sacrifícios de animais, que eram repetitivos e incapazes de remover pecados permanentemente, o sacrifício de Jesus foi perfeito e definitivo.

A ira de Deus — que é a Sua reação justa e santa contra o mal — não foi ignorada; ela foi satisfeita. Na cruz, Deus derramou Sua ira sobre o Seu Filho, que ocupou o nosso lugar. Jesus bebeu o cálice da ira divina até a última gota, satisfazendo plenamente as demandas da justiça.

O Apóstolo João corrobora esta verdade em sua epístola:

"Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados." (1 Jo 4:10)

Portanto, a cruz não é apenas um símbolo de amor, mas uma transação jurídica e espiritual onde a

justiça de Deus foi executada e a Sua ira foi apaziguada, permitindo que Ele perdoe o pecador sem deixar de ser justo.

A Tolerância Divina e o Papel da Fé na Salvação

Paulo prossegue sua argumentação explicando a razão histórica e teológica para a vinda de Cristo naquele momento específico. No final do versículo 25, encontramos uma frase intrigante: "*por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos*".

Essa declaração pode gerar dúvidas: Deus teria sido injusto com as gerações passadas? Ele ignorou o mal? A resposta reside no conceito de **tolerância divina** (ou paciência). Isso não significa que ninguém foi julgado antes de Cristo, ou que o pecado não tinha consequências. Significa, antes, que Deus não executou a sentença final de aniquilação sobre a raça humana, como o pecado de Adão e de seus descendentes exigiria.

Deus poderia ter desistido da humanidade a qualquer momento. Diante da idolatria, imoralidade e rejeição contínua, a justiça estrita permitiria a destruição total. No entanto, em Sua paciência, Ele "suspendeu" a execução plena do juízo, aguardando o momento certo — a plenitude dos tempos — para lidar com o pecado de forma definitiva na cruz.

Os sacrifícios do Antigo Testamento, com sangue de animais, nunca tiveram poder intrínseco para remover pecados (Hebreus 10:4). Eles eram como "notas promissórias" que Deus aceitava, sabendo que o pagamento real seria feito no futuro pelo Seu Filho. Portanto, Deus perdoava os santos do Antigo Testamento com base no crédito do sacrifício que Cristo ainda realizaria.

A Unidade da Salvação na História

Isso responde a uma pergunta comum: **Como as pessoas eram salvas antes de Jesus?** A resposta bíblica é que o caminho da salvação sempre foi o mesmo.

- **No Antigo Testamento:** Os crentes eram salvos pela fé no Messias que *haveria de vir*. Eles olhavam para frente, para a promessa, confiando na sombra dos sacrifícios que apontavam para o Cordeiro de Deus.
- **No Novo Testamento:** Nós somos salvos pela fé no Messias que *já veio*. Nós olhamos para trás, para o cumprimento da promessa na história.

A base da salvação sempre foi o sangue de Cristo; a diferença é apenas a perspectiva temporal (antes ou depois da cruz).

A Fé: A Mão Vazia que Recebe a Graça

Se a obra de propiciação foi realizada por Cristo, como ela se torna efetiva na vida do indivíduo hoje? Paulo responde: "*mediante a fé*".

É crucial definirmos corretamente o que é essa fé. No contexto bíblico, fé não é sinônimo de pensamento positivo, nem apenas a crença intelectual de que Deus existe e opera milagres. A fé salvadora é uma confiança exclusiva e segura na obra de Cristo.

Paulo coloca a fé em oposição direta às obras. A fé não é um mérito humano; não é algo que produzimos para "comprar" o favor de Deus. Ela é descrita teologicamente como a "mão vazia" do mendigo que se estende para receber o presente (a graça) do Rei.

"Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei." (Rm 3:28)

Crer, portanto, é apropriar-se pessoalmente do que Deus propôs. É reconhecer a própria falência espiritual e confiar que o sangue de Jesus, derramado no propiciatório da cruz, é suficiente para pagar a dívida do pecado. É a certeza plena de que a ira de Deus foi satisfeita e que, por causa de Cristo, somos aceitos.

A Exclusão da Jactância e a Universalidade de Deus

Diante da grandiosidade do plano de salvação, onde Deus é o autor, o executor e o consumidor da obra, Paulo chega a uma conclusão lógica e inevitável nos versículos 27 a 30: não há espaço para o orgulho humano.

O apóstolo lança a pergunta retórica: "*Onde, pois, a jactância?*". A palavra "jactância" refere-se ao ato de se gloriar, de contar vantagem ou de atribuir mérito a si mesmo. Naquele contexto, o judeu poderia tentar se gloriar por possuir a Lei, a circuncisão e a aliança com os patriarcas. Hoje, um religioso poderia tentar se gloriar de sua moralidade, de suas obras de caridade ou de sua disciplina espiritual.

A resposta de Paulo é categórica: "**Foi de todo excluída**".

A Salvação como Obra Exclusiva de Deus

A exclusão da vanglória não ocorre por meio de uma "lei das obras" — pois se a salvação dependesse do esforço humano, quem mais trabalhasse teria mais direito de se orgulhar. Pelo contrário, a jactância é eliminada pela "lei da fé".

No sistema da graça, a salvação é inteiramente de Deus:

- É Ele quem toma a iniciativa.
- É Ele quem propõe o sacrifício.
- É Ele quem justifica o ímpio.

Portanto, um cristão arrogante é uma contradição em termos. Ou a pessoa compreendeu o Evangelho e se tornou humilde, reconhecendo que tudo o que tem é fruto da misericórdia imerecida, ou ela permanece arrogante, provando que ainda confia em sua própria justiça e não na justiça de Cristo. A doutrina da justificação pela fé é, por excelência, a doutrina da humildade e da igualdade: todos estão no mesmo nível de necessidade aos pés da cruz.

"Onde, pois, a jactância? Foi de todo excluída. Por que lei? Das obras? Não; pelo contrário, pela lei da fé." (Rm. 3:27)

Um Só Deus, Um Só Caminho

Essa exclusão do mérito humano leva Paulo a reafirmar a universalidade do Evangelho. Ele apela para o monoteísmo estrito, uma crença fundamental do judaísmo: "*É, porventura, Deus somente dos judeus? Não o é também dos gentios? Sim, também dos gentios*" (Rm. 3:29).

A lógica é impecável: se existe apenas um Deus verdadeiro, Ele é o Criador e Juiz de toda a humanidade, não apenas de um grupo étnico ou religioso. Consequentemente, se Deus é um só, o Seu método de salvar também deve ser único. Ele não possui "dois pesos e duas medidas".

Deus não justifica o judeu (o circunciso) por um caminho e o gentio (o incircunciso) por outro. Ambos, independentemente de sua herança cultural, religiosa ou moral, são justificados da mesma maneira: **pela fé**.

Isso derruba qualquer barreira de separação. Não há uma "elite espiritual" dentro do Reino de Deus. Aquele que cresceu na igreja e aquele que se converteu após uma vida de devassidão entram pela mesma porta: a confiança exclusiva na obra de Jesus Cristo.

A Lei e a Fé: A Confirmação da Lei através da Graça

Ao afirmar que a justificação ocorre "independentemente das obras da lei", Paulo antecipa uma objeção natural, que provavelmente surgiria na mente de um judeu zeloso ou de qualquer pessoa preocupada com a moralidade. Se a salvação é inteiramente pela graça e se o esforço humano não contribui para a justificação, isso significa que a Lei de Deus perdeu o seu valor? Será que o Evangelho incentiva uma vida sem regras, onde os Dez Mandamentos podem ser descartados?

A pergunta está registrada no versículo 31: "*Anulamos, pois, a lei pela fé?*". A resposta do apóstolo é veemente: "*De maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei*".

À primeira vista, isso pode parecer um paradoxo. Como a fé, que dispensa as obras para a salvação, pode confirmar a Lei? A resposta reside na compreensão correta da função da Lei na vida do crente, uma dinâmica que foi brilhantemente explicada por Martinho Lutero e retomada na exposição bíblica.

O Ciclo da Graça e a Lei

A relação entre o cristão e a Lei pode ser entendida em dois movimentos distintos:

1. **A Lei nos leva a Cristo (Justificação):** Inicialmente, a Lei funciona como um espelho que revela a nossa pecaminosidade. Ela nos diz: "Não cobiçarás", "Não matarás", "Amarás a Deus sobre todas as coisas". Ao nos depararmos com essas exigências perfeitas, percebemos nossa incapacidade de cumpri-las e nossa conseqüente condenação. Desesperados, somos empurrados pela Lei para os braços de Cristo, o único que a cumpriu perfeitamente e pagou nossa dívida.
2. **Cristo nos devolve à Lei (Santificação):** Uma vez justificados pela fé em Cristo, perdoados e aceitos, Jesus nos diz: "Agora você é meu filho amado. Como prova da sua gratidão e do seu amor, aqui está a maneira como você deve viver". Ele nos remete de volta aos mandamentos, não mais como um meio de salvação ou condenação, mas como um guia de conduta.

Portanto, a fé confirma a Lei porque reconhece que a Lei é santa, justa e boa. O cristão não guarda os mandamentos *para ser salvo*, mas *porque foi salvo*. A obediência deixa de ser uma tentativa desesperada de aplacar a ira de Deus e torna-se a **norma de gratidão** daquele que foi resgatado.

"Anulamos, pois, a lei pela fé? De maneira nenhuma! Antes, confirmamos a lei." (Rm. 3:31)

Conclusão: A Paz com Deus e a Vida de Gratidão

A doutrina da justificação pela fé, baseada na propiciação de Cristo, é a âncora da alma cristã. Ela nos assegura que a ira de Deus foi plenamente satisfeita na cruz. Isso transforma radicalmente a maneira como interpretamos a vida, inclusive o sofrimento.

Para aquele que está em Cristo, as aflições, doenças ou tragédias não são manifestações da ira punitiva de Deus. O cálice da ira já foi bebido por Jesus até a última gota. O sofrimento, agora, é pedagógico; é a disciplina de um Pai amoroso que visa o nosso crescimento e santificação, e não a nossa destruição.

Não há mais condenação. A jactância foi excluída, o medo do juízo foi removido e a Lei foi

estabelecida em nossos corações como um caminho de amor. Resta-nos, portanto, viver uma vida de profunda gratidão, adorando Aquele que, em Sua tolerância e justiça, proveu o Cordeiro para nossa redenção.

Augustus Nicodemus. **#18. Tudo pela Graça de Deus.**
https://youtu.be/N4UOyHWUk78?si=q6knjF_dvkOYa49N

Documento gerado em 19/05/2026 10:29:47 via BeHOLD

BEHOLD